

ENTRE O NACIONAL E O ESTRANGEIRO: DIÁLOGOS DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE BRASILEIRA

BETWEEN THE NATIONAL AND THE FOREIGNER: DIALOGUES OF BRAZILIAN IDENTITY FORMATION



Leomir Silva de CARVALHO¹
Doutorando em Estudos Literários
Programa de Pós-Graduação em Letras
Universidade Federal do Pará
Belém, Pará, Brasil
leomircarvalho@gmail.com

Sílvio Augusto de Oliveira HOLANDA²
Doutor em Letras
Professor da Universidade Federal do Pará
Programa de Pós-Graduação em Letras
Belém, Pará, Brasil
eellip@hotmail.com

55

Resumo: Este artigo tem como objetivo examinar a relação entre o nacional e o estrangeiro em dois períodos determinantes na formação da identidade brasileira, o romantismo e a modernidade, compreendendo-se aqui por tal o período entre a Semana de 22 e o movimento concretista. Ao lado disso, analisa-se como durante a modernidade a tradução é tomada como forma privilegiada de estabelecer contato com o estrangeiro, por meio da atividade do tradutor/devorador, capaz de realizar um diálogo que foge às convenções impostas de fora. Para isso, analisam-se os textos “Bosquejo da poesia brasileira” (1841) e “Introdução sobre a literatura nacional” (1844), de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, e os ensaios “Poesia e modernidade” (1984) e “Da razão antropofágica” (1980), de Haroldo de Campos, em que ambos, à sua maneira, buscam elaborar uma tradição própria, ao mesmo tempo em que dialogam com o estrangeiro. Constatou-se que ambos almejam uma tradição que responda pelo nacional e que possa mediar a relação com o outro.

Palavras-chave: Romantismo. Modernidade. Nacional. Estrangeiro. Tradução.

Abstract: This article aims to examine the relation between the national and the foreigner in two determinant periods in the Brazilian identity formation, the Romanticism and the Modernism, which is understood here as the period between the Modern Art Week and the Concrete Movement. Besides that, it analyses how along the modernity the translation is admitted as a privileged way to establish contact with the foreigner, through the activity of the translator/devourer, able to perform a dialogue that evades from the conventions imposed by the outside. For this, it is analysed the texts “Bosquejo da poesia brasileira” (1841) and “Introdução sobre a literatura nacional” (1844), by Joaquim Norberto de Sousa e Silva, and the essays “Poesia e modernidade” (1984) and “Da razão antropofágica” (1980), by Haroldo de Campos, in which both, in their way, attempt to elaborate an own tradition and at the same time to dialogue with the foreigner. It is verified that both seek a tradition that answers for the national and that is able to mediate the relation with the other.

Key words: Romanticism. Modernism. National. Foreigner. Translation.

Introdução

A identidade nacional é uma concepção que se constitui através do tempo. Quando se trata do caso brasileiro e do modo como esse conceito se reflete na atividade literária, pode-se observar que, nos diferentes momentos, o diálogo com o estrangeiro foi determinante. Esses diálogos de formação contribuíram para que a literatura brasileira encontrasse seu lugar junto às literaturas latino-americanas e europeias.

As tensões e confluências geradas no contato com o estrangeiro tornam-se claras, quando se analisam os discursos constituídos em torno da identidade nacional durante o romantismo e a modernidade. Neste último período, a tradução ganha relevo como forma de apropriação insubmissa do estrangeiro, visando a um diálogo capaz de exceder as normas e imposições vindas de fora. A proposta deste artigo é examinar tais discursos enfatizando a relação que estabelecem com o outro e, nos conflitos suscitados por ele, observar como o elemento nacional é elaborado ou reorganizado.

Para realizar esta análise, toma-se o pensamento de dois intelectuais atuantes no campo da cultura e da literatura, Joaquim Norberto de Sousa e Silva e Haroldo de Campos, que deixaram suas reflexões registradas em suas respectivas obras. Este artigo atém-se aos textos “Bosquejo da poesia brasileira” (1841) e “Introdução sobre a literatura nacional” (1844), ambos de Silva, sendo que este último foi escrito em parceria com o educador Emílio Adet, e aos ensaios “Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira” (1980) e “Poesia e modernidade: Da morte do verso à constelação. O poema pós-utópico.” (1984), de Haroldo de Campos.

56

1. Identidade em formação

Silva nasceu no Rio de Janeiro em 1820 e faleceu na cidade de Niterói em 1891. Ainda em tempos de estudante foi auxiliar na Biblioteca Nacional, tendo como tutor o Cônego Januário da Cunha Barbosa. No decorrer de sua vida, trabalhou em distintos cargos públicos, vinculados ao governo imperial, e como historiador, até filiar-se ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) em 1841, onde foi nomeado presidente, exercendo o cargo de 1886 a 1891. Foi condecorado na maturidade com a Comenda da Ordem da Rosa, conferida por D. Pedro II.

O IHGB foi um órgão que reuniu intelectuais e artistas dispostos a elaborar uma tradição passível de ser institucionalizada no país em formação. Criado em 1838, pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa e pelo Marechal Raimundo José da Cunha Matos, fez parte de

uma iniciativa conjunta com o governo central para o fortalecimento do Estado brasileiro, impulsionando a pesquisa e a publicação de documentos acerca da história nacional. Em *História crítica do romance brasileiro* (1987), o professor Temístocle Linhares comenta a importância da intuição no meio intelectual do período:

Não é justo, por outro lado, obscurecer o mérito do órgão que os reunia e congregava todos – o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, de que ainda faziam parte os poetas, além dos ficcionistas, e sobretudo os historiadores propriamente ditos, todos curiosos de assuntos históricos e interessados em encontrar pontos de apoio dentro da realidade nacional, para alcançar a fisionomia, a forma, a força psíquica coletiva já manifestada, ou, em suma, a angústia de um destino original, capaz de levar à universalidade as inclinações e tendências do povo jovem já formado, mas necessitado de definições quanto aos seus motivos e razões de vida historicamente situados (LINHARES, 1987, p. 81).

Neste contexto, Silva atuou amplamente escrevendo poemas, peças de teatro, traduções, novelas e estudos sobre a linguagem. Neste artigo destaca-se seu trabalho como historiador, em que publicou não só os textos citados anteriormente, mas também obras como: *Brasileiras célebres* (1862) e *História da conjuração mineira* (1873). A professora Maria Eunice Moreira frisa a relevância do historiógrafo em seu texto “Na rede do tempo: história da literatura e fontes primárias – a contribuição de Joaquim Norberto” (2004), em que afirma que:

Com essas credenciais, Joaquim Norberto torna-se o fundador da historiografia nacional, porque assume a condição de narrador de um relato, cuja finalidade era dupla: forjar a história da literatura no Brasil e fundar as bases em torno das quais essa mesma narrativa poderia exercer suas valorações (MOREIRA, 2004, p. 126).

O “Bosquejo da poesia brasileira” e a “Introdução sobre a literatura nacional” apresentam um cunho historiográfico e integram obras de caráter autoral e antológico, respectivamente. Ambos têm o objetivo de historiar o processo de formação da literatura nacional desde as origens, que identificam com as manifestações indígenas, até o florescimento romântico, quando Silva acredita que já há indícios de uma literatura menos influenciada por tendências estrangeiras.

O primeiro texto integra a obra intitulada *Modulações poéticas*, lançada em 1841, pela Tipografia Francesa, na cidade do Rio de Janeiro, sendo publicado anteriormente no periódico *O Despertador*, que circulava na cidade carioca. Depois de passar por revisão, o texto foi incluído na obra *Modulações poéticas* que traz poemas do próprio autor.

E a “Introdução sobre a literatura nacional” faz parte da coletânea *Mosaico poético*,

publicada em 1844 com a parceria de Emílio Adet. É um texto que integra uma prática mais ampla do romantismo brasileiro que foi a de não só discutir a literatura e a identidade nacional por meio de textos de caráter reflexivo, como também a de organizar antologias que reunissem e selecionassem obras do acervo do passado para compor uma tradição, que, no período dos autores, estava por ser constituída.

Outros antologistas coetâneos de Silva que estruturam suas obras de maneira semelhante e que procuram pensar a ideia de nacionalidade são: Januário da Cunha Barbosa (1780-1846), que publicou o *Parnaso brasileiro* (1843); João Manuel Pereira da Silva (1817-1898) que lançou outra antologia com título homônimo à publicada por Barbosa; e Francisco Adolfo Varnhagen (1816-1878), que organizou a antologia de maior fôlego, intitulada *Florilégio da poesia brasileira*, dividida em três volumes que foram publicados entre os anos de 1850-1872.

Constata-se que, ainda que o empreendimento de Silva esteja vinculado ao ímpeto nacionalista, seu estudo, assim como o dos demais antologistas supracitados, dialoga fortemente com um texto precedente do poeta português Almeida Garrett, que no *Parnaso Lusitano* (1826) também reflete sobre o passado histórico da literatura portuguesa, em “Bosquejo da história da poesia e língua portuguesa”, e se preocupa em organizar uma antologia.

O paralelo entre os dois autores se dá na semelhança entre as estruturas dos dois “Bosquejos” e na crítica que Silva tece aos poetas brasileiros citados por Garrett. Já pelo título, observa-se a proximidade entre os textos, visto que o historiador brasileiro resolve adotar no prefácio de sua primeira obra a palavra “bosquejo”. Desse modo, assim como o poeta português, Silva se preocupa em traçar um percurso das origens à atualidade no âmbito literário de seu país. E, quanto aos poetas brasileiros tratados por Silva e Garrett, observa-se que sobressai, nas considerações do primeiro, o critério de representatividade nacional estabelecido no *Parnaso lusitano* para a análise dos autores nascidos na antiga colônia. Os autores citados por ambos são Cláudio Manuel da Costa, Tomás Antônio Gonzaga, Basílio da Gama e Santa Rita Durão.

No artigo “De sabiás e rouxinóis: o diálogo Brasil-Portugal na nascente historiografia da literatura brasileira” (2012), a professora Regina Zilberman comenta como a avaliação do poeta português repercutiu no meio intelectual brasileiro: “O impacto dessa coletânea não se restringiu à manifestação de Januário, que tão somente acompanhou a forma exterior do trabalho do poeta português. A avaliação que este faz da obra de autores nascidos no Brasil

[...] igualmente impressionou alguns intelectuais brasileiros” (ZILBERMAN, 2012, p. 206).

Dentre os poetas que Garrett comenta, que são retomados por Silva, está o poeta árcade Tomás Antônio Gonzaga. Em geral, o Arcadismo brasileiro foi criticado por Garrett, devido a sua tendência à imitação dos clássicos e a sua conseqüente supressão dos elementos considerados nacionais. Estes elementos deveriam estar inscritos no texto literário, sobretudo na tematização da natureza. A ausência desse elemento em Gonzaga é censurada por Garrett: “Quisera eu que em vez de nos debuxar no Brasil cenas da Arcádia, quadros inteiramente europeus, pintasse os seus painéis com cores do país onde o situou”. (GARRETT, 1998, p. 57).

Em paralelo com o poeta português, Silva faz a seguinte ponderação sobre Gonzaga: “Porém sendo de todos os nossos poetas dessa época o mais elegante, feiticeiro e harmonioso, foi o que menos brasileiro se mostrara em suas composições” (SILVA, 1998, p. 118). Deste modo, Silva não só concorda com a consideração de Garrett, como também utiliza de igual medida para examinar Gonzaga, fundamentada no grau de representatividade nacional.

O movimento romântico brasileiro foi marcado politicamente pela Independência (1822) e, posteriormente, pela Proclamação da República (1889), momentos de elaboração de uma tradição que correspondesse aos ímpetus da nova nação de afirmar uma identidade própria frente às demais. Como assinala Candido em *Formação da Literatura Brasileira* (1975): “A literatura foi considerada parcela dum esforço construtivo mais amplo, denotando o intuito de contribuir para a grandeza da nação” (CANDIDO, 1997, p. 12). Assim, a intelectualidade nacional utilizou a literatura como forma de construção coletiva desse passado particular que ainda não estava bem delineado.

O impulso em direção ao estrangeiro caracterizou-se pela busca por alternativas ao modelo português, como se observa na primeira geração romântica que se reuniu na França, onde foi lançada a revista *Niterói* (1836). No entanto, a influência de Almeida Garrett, sobretudo nos primeiros antologistas, foi necessária e determinante no modo de conceber a origem, no estabelecimento do cânone de poetas representativos da literatura nacional e no parâmetro de análise utilizado para apreciá-los.

A crítica do escritor português a respeito da ausência das “cores do país” nos poemas de Gonzaga, será um dos paradigmas mais buscados pelos autores românticos nacionais, que em diálogo com Garrett e com os primeiros antologistas, centram suas preocupações em inserir esse caráter particular na literatura brasileira. Um dos exemplos mais caros ao romantismo nacional foram as obras de Gonçalves Dias e de José de Alencar, com destaque a

presença do índio, mesmo que fortemente influenciada pelos padrões medievalisantes vindos da Europa.

No entanto, com o decorrer do tempo, ainda durante o XIX, esse padrão sofre abalos como o da crítica redigida por Machado de Assis, para o periódico *O novo mundo*, publicada em 1873 com o título “Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade”. No artigo, o autor procura reavaliar o que chama de “cor local”, contestando a centralidade que essa ideia obteve até então e investigando uma forma nova que o espírito nacional pudesse assumir, menos voltada a aspectos meramente exteriores. O problema levantado por Machado de Assis retorna com maior intensidade ao longo do século XX, como se observa no tópico seguinte.

2. Identidade antropofágica

Ao longo da modernidade, novas correntes propõem uma outra relação com o estrangeiro. No Brasil, esse momento tem seu primeiro evento expressivo com a Semana de Arte Moderna de 1922. Artistas provenientes de vários campos como o literário, o das artes plásticas e o da música, se reuniram no Teatro Municipal de São Paulo para expor a nova produção impregnada pelos ideais estéticos propagados pelas vanguardas europeias. Dentre eles, estavam Oswald e Mário de Andrade, Anita Malfatti, Tarsila do Amaral, Heitor Villa-Lobos e Di Cavalcanti, que com um tom muitas vezes provocativo, deflagraram um outro modelo de apreensão do estrangeiro.

O tom combativo desse primeiro momento de eclosão foi atenuado no decorrer do século XX até acirrar-se novamente com as propostas da vanguarda concretista, surgida na década de 1950. O primeiro grupo, formado pelos irmãos Augusto e Haroldo de Campos e por Decio Pignatari, fundou a revista *Noigandres*, responsável por divulgar a produção e as ideias do movimento. Inspirados na obra do poeta francês Stéphane Mallarmé, principalmente em seu livro *Un coup de dés* (1897), os concretistas traziam a proposta de uma poesia verbo-visual, que recorresse não só à palavra, mas também à sua sonoridade e visualidade.

Em seu contexto histórico, esse grupo situou-se num período de grande esperança desenvolvimentista, com o governo de Juscelino Kubitschek e a construção de Brasília, empreendimento que contou com a participação do arquiteto Oscar Niemayer. Os poetas concretistas, motivados por esse sentimento positivo e de transformação, lançaram o manifesto *Plano Piloto* em 1956.

Os concretistas conceberam um projeto coletivo de prática estética que se

caracterizava pela proposta de uma poesia ecumênica, capaz de reunir todos os povos por meio de um fazer poético que lançasse as bases para a criação de uma linguagem comum. Haroldo de Campos no ensaio “Poesia e modernidade” proferido pela primeira vez em 1984, afirma que:

Nos anos 1950, a poesia concreta brasileira pôde entreter esse projeto de uma linguagem ecumênica: os novos bárbaros de uma país periférico, repensando o legado de uma poesia universal e usurpando-o sob a bandeira “descentrada” (porque “ex-cêntrica”) da “razão antropofágica”, desconstrutora e transconstrutora desse legado, agora assumido sob a espécie da devoração (CAMPOS, 1997, p. 266).

Mesmo recebendo a influência incontestável do legado europeu, Campos buscou um diálogo “ex-cêntrico” com o estrangeiro. Esse diálogo que excedia o centro, que procurava tangenciá-lo, era norteado pelo que o ensaísta chama de “razão antropofágica”. Em busca de uma outra lógica não hierárquica, que confronta o outro para, de maneira autônoma, selecionar e recriar os elementos fornecidos pela “poesia universal”. Campos segue a linha oswaldiana para desenvolver sua ideia de antropofagia, buscando estabelecer tanto uma crítica, quanto uma prática poética.

Ao lado desses dois elementos, a crítica e a criação, se insere um terceiro, a tradução, que se articula aos dois primeiros no sentido de propiciar ao autor latino-americano a possibilidade de rearticular a tradição e injetar vida nova a ela. Campos afirma que: “O tradutor, como diz Novalis, é o ‘poeta do poeta’, o poeta da poesia. A tradução – vista como prática de leitura reflexiva da tradição – permite recombinar a pluralidade de passados possíveis e presentificá-la, como diferença [...]”. (CAMPOS, 1997, p. 269). Deste modo, pelo seu trabalho de leitura, o tradutor no presente pode reinserir no cânone uma obra que estava esquecida ou estabelecer um diálogo singular com as obras da tradição universal, provocando um movimento que se caracteriza pela disjunção, ao destacar a diferença no cenário aparentemente estável do passado.

61

3. O lugar da tradução no diálogo selvagem

Em outro ensaio, “Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira”, lançado pela primeira vez em 1981, Campos desenvolve sua perspectiva. O ensaísta almeja quebrar com o antigo pensamento que afirma que um país de economia subdesenvolvida, necessariamente, deve ter uma cultura menor e mais frágil. Baseado no pensamento de Engels, Campos considera que o que determina a relevância de uma cultura não é sua

linhagem econômica, mas o modo como ela se apropria do patrimônio universal presente no acervo literário e artístico do passado. Assim, assumindo o lugar da diferença, Campos propõe um diálogo “selvagem-canibalesco” com o estrangeiro, que possa desierarquizar a relação que por muito tempo se deu foi entre dominantes e dominados, para abrir um espaço crítico que provoque um abalo na estabilidade da tradição.

A metáfora do antropófago, utilizada por Oswald de Andrade é lembrada pelo ensaísta para aludir ao ato da devoração que deve ser incorporado como conduta fundamental para manter uma relação criativa e de não submissão ao estrangeiro. A antropofagia é uma prática indígena que tem seus primeiros registros por meio dos relatos de cronistas como Hans Staden. Campos toma essa prática como modelo para sua proposta rearticulando-a esteticamente. Segundo Campos:

Com esta especificação elucidativa: o canibal era um polemista (do grego *pólemos* = luta, combate), mas também um “antologista”: só devorava os inimigos que considerava bravos, para deles tirar proteína e tutano para o robustecimento e a renovação de suas próprias forças naturais (CAMPOS, 1997, p. 235).

62

É da natureza do antropófago devorar, adotando uma postura diferente do servilismo diante do outro. Ao degluti-lo, supre a si mesmo de energia renovadora. Esse ato, como Campos afirma no excerto supracitado, é acompanhado de duas atitudes, a do polemista e a do antologista, a primeira de enfrentamento e a segunda de seleção e escolha. Desse modo, o poeta em sua prática e na sua reflexão sobre a poesia, deve considerar que os autores inseridos no legado da literatura universal, como Dante, Homero e Joyce, não pertencem a determinado país, mas fazem parte de um patrimônio coletivo passível de apropriação e transformação.

Outra metáfora utilizada pelo ensaísta é a dos livros numa biblioteca que já não pertencem a um território específico, mas que compõem um espaço que agrega a todos e permite sua livre disposição e associação. Um exemplo dado pelo ensaísta é o do escritor argentino Jorge Luis Borges, que lançou mão do acervo estrangeiro como se fosse próprio passando a influenciar até mesmo a produção europeia.

Quando se enfoca a atitude do antologista, constata-se que essa prática de apropriação se dá não só na usurpação do estrangeiro, mas também na revisão da tradição nacional. Campos, tanto nos textos em análise quanto em outros ensaios, busca reinventar o passado atualizando estilos de época, como o Barroco, escritores, como o maranhense Sousândrade, e poetas e tradutores que figuram nas antologias do século XIX, como Gregório de Matos e Odorico Mendes.

Considerações finais

Ao se observar o pensamento e as reflexões de Silva e Campos, constata-se que, durante o Romantismo e a modernidade, o diálogo com o estrangeiro foi relevante na formação e na reavaliação da identidade nacional. Em ambos os momentos há a necessidade de elaborar uma tradição capaz de responder pelo nacional e mediar a relação com o outro no entanto, esse diálogo, composto por tensões e confluências, foi estabelecido de diferentes formas.

Silva e Campos se inserem em um movimento coletivo voltado para a reflexão sobre a identidade nacional. Silva foi presidente do IHGB onde outros antologistas, como Varnhagen e Barbosa, se reuniram. Silva e Campos também estavam engajados na meta de pensar o nacional, como se evidencia nas coletâneas que organizaram, e de constituir uma tradição própria. Campos, ao lado dos poetas concretistas, num movimento que está mais próximo das vanguardas estéticas do início do século XX, se preocupa em pensar uma nova noção de nacionalidade, algumas vezes se apropriando do acervo organizado pelos primeiros antologistas com o objetivo de reelaborar o passado. Ambos fazem parte de gerações atuantes e espriam seus campos de interesse para reflexões sobre a cultura e a história nacionais.

Por terem partido de lugares diferentes, o primeiro de uma tradição em formação e o segundo de uma tradição em transformação, a maneira como dialogam com o elemento estrangeiro é distinta. Percebe-se o esforço de Silva para constituir um cânone de autores representativos de uma identidade nacional, organizando obras que, ao mesmo tempo em que, discutiam a literatura e a identidade nacional, compilavam obras do passado e coetâneas para formar/ institucionalizar uma tradição.

Frisa-se que, ao compilar os poemas dos autores nacionais, os primeiros antologistas utilizavam-se de critérios não somente estéticos para fundamentar suas escolhas, um deles foi o grau de representatividade nacional estabelecido por Garrett no *Parnaso lusitano*. Nesse aspecto, aproximação entre a obra do poeta português e o *Mosaico poético*, de Silva, permitiu que se concluísse que a chamada cor local tornou-se um critério determinante na seleção e valoração das obras. Ao lado disso, ratifica-se os autores escolhidos pelo poeta português, que passaram também a ser evidenciados pelos principais antologistas do tempo.

Campos, por sua vez, almeja romper com a tradição romântica, instaurando uma relação particular com o passado nacional e um diálogo “polêmico” com o estrangeiro, no sentido de combate e ruptura. Ainda que não fuja dos clássicos universais, como Dante, Homero e Camões, por meio da prática tradutória, articulada aos labores de crítica e de

criação poética, Campos buscou uma outra leitura do cânone. Também, seguindo esse mesmo ímpeto subversivo, promoveu a inserção de autores e de estilos de época que antes se encontravam à margem da tradição.

Deste modo, por meio dos ensaios de Campos postos em análise, constata-se que na modernidade, compreendendo-se aqui por tal o período entre a Semana de 22 e o movimento concretista, houve o interesse de não somente pensar o nacional, mas de intervir no estrangeiro, como se observou na proposta de “poesia ecumênica” elaborada pelos concretistas. Baseado na ideia de devoração, trazida do Manifesto Antropofágico, de Oswald de Andrade, Campos propôs um diálogo com o estrangeiro que não estivesse pressionado por relações hierárquicas e capaz de interagir de maneira autônoma com a literatura universal.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Machado. Notícia da atual literatura brasileira. Instinto de nacionalidade. In: _____. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, v. 3, 1994, p. 801-809.

64

CAMPOS, Haroldo de. “Poesia e modernidade: Da morte do verso à constelação. O poema pós-utópico”. In: _____. **O arco-íris branco**: ensaios de literatura e cultura. Rio de Janeiro: Imago, 1997, p. 243-270.

_____. “Da razão antropofágica: diálogo e diferença na cultura brasileira”. In: **Metalinguagem e outras metas**: ensaios de teoria e crítica literária. São Paulo: Perspectiva, 2010, p. 231-255.

CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**: momentos decisivos. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997, v. 1, 382 p.

GARRETT, Almeida. “Parnaso lusitano”. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice (Orgs.). **O berço do cânone**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 17-73.

LINHARES, Temístocles. **História crítica do romance brasileiro**: 1728-1981. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1987, v. 1, 528 p.

MOREIRA, Maria Eunice. Na rede do tempo: História da Literatura e fontes primárias – a contribuição de Joaquim Norbertoll. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; BORDINI, Maria da Glória; REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. *As pedras do arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: UFMG, 2004. p. 119-198.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa e. Modulações poéticas. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice (Orgs.). **O berço do cânone**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1998, p. 89-142.

SILVA, Joaquim Norberto de Sousa; ADET, Emílio. Mosaico poético. In: ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice (Orgs.). **O berço do cânone**. Porto Alegre: Mercado

Aberto, 1998, p. 183-207.

ZILBERMAN, Regina. “De sabiás e rouxinóis: o diálogo Brasil-Portugal na nascente historiografia da Literatura Brasileira”. In: NUÑEZ, Carlinda Fragale Pate; SALES, Germana; RODRIGUES, Raues Ribeiro; SOUZA, Roberto Acízelo de; BARBOSA, Socorro de Fátima Pacífico (Orgs.). **História da literatura: fundamentos conceituais**. Rio de Janeiro: Makunaima, 2012, p. 204-230.

¹ Lattes Leomir Silva de Carvalho. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/2250968733388758>

² Lattes Sílvio Augusto de Oliveira Holanda. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0928175455054278>

ACEITO EM: 15/11/2014

RECEBIDO EM: 01/08/2015